A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL A PARTIR DE CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS: um olhar sobre a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas

JUDICIAL DISCRETION BASED ON INTERPRETIVE CRITERIA: an examination of the establishment of the *quantum* of compensation for non-pecuniary labor damages

Thaiza Westfahl¹

Anelícia Verônica Bombana Consoli²

Recebido/Received: 07.03.2025/Mar 7th, 2025

Aprovado/Approved: 14.04.2025/Apr 14th, 2025

RESUMO: O presente artigo propõe um olhar reflexivo a respeito da discricionariedade judicial a partir de critérios interpretativos a serem considerados na quantificação do dano extrapatrimonial trabalhista. Tem como ponto de partida o texto legislativo instituído através da Lei n. 13.467/2017, que introduziu o Título II-A na Consolidação das Leis do Trabalho regulamentando a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais. Dentre as reflexões que se propõe tem-se a consagração dos parâmetros legais objetivos como algo desejável, que podem balizar o livre convencimento motivado do magistrado no *quantum* a ser fixado a título de danos extrapatrimoniais, isso levando em consideração o conteúdo das decisões das ADI's n. 6.050, 6.069 e 6.082, enfrentadas pelo Supremo Tribunal Federal.

PALAVRAS-CHAVE: direito do trabalho; dano; extrapatrimonial; parâmetro; indenizatório.

ABSTRACT: This article proposes a reflective look at judicial discretion regarding interpretative criteria to be considered in quantifying non-pecuniary damages in labor law. It starts from the legislative text established by Law No. 13,467/2017, which introduced Title II-A in the Consolidation of Labor Laws regulating the determination of the indemnity amount for non-pecuniary damages. Among the reflections proposed is the consecration of objective legal parameters as something desirable, which can guide the magistrate's reasoned conviction in determining the amount to be fixed as non-pecuniary damages, taking into account the content of the decisions

¹ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP). E-mail: thaizawest@gmail.com.

² Professora de Graduação em Direito, Ciências Contábeis, Administração e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Escola da Magistratura do Trabalho - AMATRA 12ª Região. Mestre em Ciência Jurídica pelo Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Advogada. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8345731482733242>. Endereço eletrônico: anelicia.consoli@unidep.edu.br

of ADI (Direct Actions of Unconstitutionality) Nos. 6.050, 6.069, and 6.082, faced by the Supreme Federal Court.

KEYWORDS: labor law; damage; non-pecuniary; parameter; indemnity.

INTRODUÇÃO

As relações trabalhistas são complexas e geram vários debates doutrinários e judiciais, principalmente no que se refere à reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho e à delimitação da fixação do *quantum* indenizatório da reparação.

É certo que esta temática ganhou destaque com a popularmente chamada Reforma Trabalhista instituída pela Lei n. 13.467/2017, que inseriu o Título II-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este marco legislativo, estabeleceu novos parâmetros para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas, ressaltando a necessidade de compreender as implicações normativas desta e o resultado das aplicações práticas desta nova legislação.

O tema é delimitado pela recente decisão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's) n. 6.050, 6.069 e 6.082, que julgou parcialmente constitucional o arbitramento judicial do dano extrapatrimonial em valores superiores aos dispostos pelos incisos I à IV do § 1º do artigo 223-G, da CLT.

Este artigo tem como objetivo geral refletir sobre a consagração de parâmetros legais na fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas e de que maneira isto vincula ou engessa o livre convencimento motivado do magistrado, a partir de uma análise conjunta das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.050, 6.069 e 6.082 julgadas em 26 de junho de 2023 e da Lei n. 13.467/2017.

Como objetivo específico, propõe-se ponderar se os parâmetros legais instituídos pela Lei n. 13.467/2017 são adequados e suficientes para conduzir o livre convencimento racional motivado do magistrado e não restringir a discricionariedade judicial.

Tem-se por problema de pesquisa a consagração dos parâmetros legais, a título de parâmetros e não de tabelamento, conforme a proposta da decisão do

Supremo Tribunal Federal, que restringe a discricionariedade judicial, porém consagra o princípio da isonomia.

Ademais, a recente decisão das Ações Diretas de Inconstitucionalidade discutidas, apresentam uma nova abordagem ao tema proposto, visto que, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal afirmou que é constitucional o arbitramento do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais em valores superiores aos previstos pela Lei n. 13.467/2017.

Os tópicos deste artigo são dispostos da seguinte forma: no primeiro tópico é abordada a responsabilidade civil e a caracterização do dano, com uma análise sobre a instituição do chamado dano extrapatrimonial na Consolidação das Leis do Trabalho por meio da Lei n. 13.467/2017 e a caracterização do dano extrapatrimonial existencial e moral.

No segundo tópico serão debatidos os parâmetros para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais e o suposto tabelamento desses danos, com análise dos incisos I à IV do § 1º do art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho, instituídos pela Lei n. 13.467/17.

Já no terceiro tópico serão realizadas considerações dos principais argumentos jurídicos elencados pelo Ministro Relator Gilmar Mendes, que serviram como base de seu voto para o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.050, 6.069 e 6.082, voto este que foi acompanhado pela maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

No quarto tópico serão realizadas considerações sobre os principais pontos de argumentação do voto do Ministro Edson Fachin, que votou pela inconstitucionalidade dos artigos 223-A, 223-G, §1º, I a IV, e §2º da CLT; e serão expostos os principais pontos de argumentação dos votos dos Ministro Nunes Marques e Rosa Weber que acompanharam o voto do Ministro relator Gilmar Mendes.

O presente artigo foi desenvolvido utilizando como base os votos dos Ministros que julgaram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, buscando identificar as principais referências jurídicas e teóricas, que orientaram a decisão final das ADI's em questão.

Assim, trabalhou-se com o método teórico, na análise dos diferentes argumentos apresentados pelos Ministros, além do estudo de bibliografias pertinentes ao tema com foco nos parâmetros para a fixação do *quantum*

indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas a partir do julgamento das ADI's n. 6.050, 6.069 e 6.082, e pesquisa do conteúdo legislativo pertinente ao tema.

1 A LEI N. 13.467/2017 E O DANO EXTRAPATRIMONIAL

No direito brasileiro a doutrina não delimita um conceito único sobre a responsabilidade civil, a ideia geral é a de que a responsabilidade civil se forma a partir de uma obrigação que é derivada de um dever jurídico subsequente, de assumir as consequências jurídicas de uma situação.

Convém ressaltar que a responsabilidade civil deriva de uma situação que é considerada ilícita, em suma, pode-se considerar que a responsabilidade civil é a obrigação de reparar danos causados a terceiros, em decorrência de uma conduta considerada ilícita.

Nessa esteira, Pablo Stolze Gagliano (2023, p.17) afirma que: “a responsabilidade civil deriva da agressão a um interesse eminentemente particular, sujeitando, assim, o infrator, ao pagamento de uma compensação pecuniária à vítima, caso não possa repor *in natura* o estado anterior de coisas.”

As doutrinas divergem no que se refere aos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, mas predomina o entendimento de que a responsabilidade civil só estará caracterizada se houver os seguintes elementos: dano e nexo de causalidade, culpa ou dolo e ação ou omissão do agente.

O dano pode ser considerado o elemento mais importante para caracterização da responsabilidade civil, pois, sem o dano não existe o dever de indenizar. Sobre o dano, Mauro Schiavi (2018, p. 289) explica que “o dano é a lesão de um bem jurídico, material ou imaterial ou ainda moral, tutelado pelo direito, que acarreta prejuízo à vítima.”

Isto é, para a existência de um dano é preciso uma conduta ilícita que traga prejuízo a terceiro contra sua vontade, este dano pode ser material ou moral. O dano material atinge o patrimônio econômico da vítima, enquanto o dano moral afeta a dignidade da pessoa humana em seu íntimo.

A respeito da natureza jurídica da reparação do dano moral, Maria Helena Diniz (2023, p.46) esclarece que é possível verificar a existência da reparação penal e da reparação em pecúnia. A função da reparação penal é impor uma sanção ao ofensor com a diminuição de seu patrimônio, pagando uma indenização ao ofendido;

já a função de reparação em pecúnia é a de proporcionar ao que sofreu o dano uma satisfação com o objetivo de atenuar o dano sofrido. Não se trata de uma indenização por sua dor, mas sim de proporcionar uma vantagem ao ofendido para atenuar pelo menos parcialmente o seu sofrimento.

Essa linha de interpretação tem o objetivo de desestimular a conduta ilícita e de reparar os danos sofridos, destacando-se a dupla função da indenização civil por danos morais a punitiva e a compensatória.

Em síntese a responsabilidade civil é uma relação jurídica garantida por lei de reparar o dano patrimonial ou extrapatrimonial, esta não se limita apenas ao Direito Civil, no Direito do Trabalho ela também deve ser apreciada nas relações trabalhistas, para reparar os danos decorrentes das relações de trabalho, aplicando-se com base na Consolidação das Leis do Trabalho e como fonte subsidiária o Código Civil e a Constituição Federal, como auxílio na busca pela reparação dos danos trabalhistas.

A responsabilidade civil nas relações de trabalho tem importância vital, pois limita as consequências e obrigações da relação jurídica entre empregado e empregador, protegendo os direitos das partes envolvidas, em regra, o empregador está mais suscetível a danos de natureza patrimonial (material) e o empregado a danos de natureza extrapatrimonial (moral). Para a responsabilização por estes danos, o Direito do Trabalho apoiava-se principalmente no Direito Civil e na Constituição Federal, como fonte subsidiária.

Com o advento da Lei n. 13.467/17 a chamada Reforma Trabalhista houve a inclusão do Título II-A na CLT, este título incluiu o dano moral no âmbito trabalhista chamando-o de dano extrapatrimonial, e também fixou parâmetros para sua aplicação.

Neste sentido, Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado defendem que:

O novo Título II-A da CLT tenta descaracterizar o avanço cultural e jurídico, por meio da nítida equalização de situações e conceitos jurídicos distintos. [...] Segundo a nova lei, não cabe mais falar em dano moral, estético e correlatos: simplesmente despontam os danos extrapatrimoniais, quer de trabalhadores, quer de empresas, que se tornam bastante similares e equivalentes, aparentemente desvestidos de força constitucional inspiradora deflagrada em 1988 em benefício da pessoa humana. (Delgado; Delgado, 2018, p. 145).

Antes da Lei n. 13.467/17, a CLT não tinha previsão de reparação por danos extrapatrimoniais, os trabalhadores ou empregadores que buscavam indenizações

por danos morais decorrentes da relação de trabalho, utilizavam o direito comum como fonte subsidiária para garantir a aplicação dos princípios protetores do Direito do Trabalho.

Prevê a Lei n. 13.467/2017 em seu artigo 223-B que “causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação” (Brasil, 2017).

Este artigo foi incluído na legislação trabalhista pela Lei n. 13.467/2017, e criou dúvidas sobre quais seriam os danos “extrapatrimoniais”, já que em seu artigo 223-B afirma-se que o dano extrapatrimonial é formado pelo dano moral e existencial.

Nesse sentido, Oliveira (2019, p.23) explica que o conceito de dano extrapatrimonial consiste em um aglomerado de lesões aos interesses existenciais e morais da vítima, considerando cada bem juridicamente tutelado ofendido, que pode receber diversas denominações. A par disso, Araújo (2019, p. 52) afirma que o dano extrapatrimonial trata-se de um gênero no qual são incluídos o dano moral *stricto sensu* e o dano existencial.

Em remate, é possível perceber que o legislador utilizou a expressão dano de natureza extrapatrimonial, possivelmente com a intenção de abranger todas as formas de danos extrapatrimoniais, dentre eles, destacando-se o dano existencial e o dano moral (Oliveira, 2019, p.23).

A categoria de dano extrapatrimonial chamada de dano existencial no Direito do Trabalho, reforça o princípio da proteção à dignidade do trabalhador, este dano tem como principal característica a frustração do projeto de vida pessoal do trabalhador, em decorrência da atitude ilícita do empregador.

Segundo Bebber (2009, *apud* Araújo, 2019, p.57), “diz-se existencial exatamente porque o impacto gerado pelo dano provoca um vazio existencial na pessoa que perde a fonte de gratificação vital”. Quanto ao momento em que acontece o dano extrapatrimonial existencial previsto na Lei n. 13.467/2017, explicam Neto e Cavalcante (2018, p. 524): “a conduta patronal impossibilita ao empregado o relacionamento e o convívio em sociedade, através de atividades recreativas, afetivas, espirituais, esportivas, culturais e de descanso, prejudicando, assim, o bem-estar físico e psíquico”.

Por conseguinte, pode-se compreender que o dano existencial afeta a esfera pessoal do indivíduo, frustrando a sua liberdade de escolha e o seu projeto de vida.

Quanto ao dano extrapatrimonial moral, este diz respeito a prejuízos não patrimoniais que afetam o indivíduo, de acordo com Neto e Cavalcante (2018, p. 522) no que se refere ao dano extrapatrimonial moral, este se opõe ao dano material, atingindo os bens morais da pessoa em seu foro íntimo, como por exemplo a liberdade, a imagem, a honra, ou seja, eles não afetam os bens de cunho patrimonial. Já para Mauro Schiavi (2018, p. 290), o dano moral é caracterizado “independente de seus efeitos, até mesmo porque os efeitos não são passíveis de serem demonstrados. Basta que ocorra a violação efetiva a um direito de personalidade para que o dano moral esteja configurado”.

Sobre o dano moral, conceitua Carlos Henrique Bezerra Leite:

O dano moral consiste na lesão que emerge da violação de determinados interesses não materiais, porém reconhecidos como bens jurídicos protegidos, inerentes à personalidade do ser humano, podendo também alcançar os valores extrapatrimoniais reconhecidos à pessoa jurídica ou mesmo a uma coletividade, classe, grupo ou categoria de pessoas (danos morais coletivos) (Leite, 2023, p. 32).

Em suma, o dano moral está ligado diretamente ao sofrimento psicológico e emocional, causado por atos ilícitos a uma ou mais pessoas, gerando o dever de indenizar, atraindo assim a responsabilidade civil e é claramente possível de ocorrer no âmbito das relações de trabalho.

2 PARÂMETROS PARA A FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS TRABALHISTAS E O TABELAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI N. 13.467/2017

As dificuldades encontradas na esfera cível para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais atingem também a esfera do Direito do Trabalho, o Código Civil não apresenta critérios para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos morais, e neste quesito as doutrinas e jurisprudências não são unânimes.

Estas dificuldades se desdobram para a área do Direito do Trabalho, nos últimos anos, doutrina e jurisprudência têm buscado nos artigos 944 e 945 do Código Civil, um norte para a reparação por danos morais. Sobre esse diálogo entre

o Direito Civil e o Direito do Trabalho, para Belmonte seria possível extrair os parâmetros para a fixação dos danos extrapatrimoniais:

a) o princípio da preferência pela reparação in natura ou equivalente prático, se possível, tempestiva e suficiente; b) o princípio da extensão do dano (integralidade da indenização); c) o princípio da razoabilidade (para a delimitação proporcional à parcela de culpa, intensidade e duração da dor, repercussão da ofensa e condições pessoais do ofensor e do ofendido); d) o princípio da tripla função: caráter compensatório, dissuasório e exemplar (Belmonte, 2007, p. 73).

A jurisprudência e as doutrinas passaram a estabelecer critérios que devem ser observados pelo magistrado para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais, dentre eles podemos destacar: a extensão do dano; as condições socioeconômicas e culturais dos envolvidos; as condições psicológicas das partes; o grau de culpa do agente, de terceiro ou da vítima.

Para tratar dos danos extrapatrimoniais trabalhistas, o legislador incluiu com a Lei n. 13.467/17, o artigo 223-G, no título II-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com a previsão de parâmetros para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas, este artigo também foi objeto de discussão na Ações Diretas de Constitucionalidade em questão. Aduz a Lei n. 13.467/2017 em seu artigo 223-G que:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

- I - a natureza do bem jurídico tutelado;
- II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;
- III - a possibilidade de superação física ou psicológica;
- IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;
- V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;
- VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;
- VII - o grau de dolo ou culpa;
- VIII - a ocorrência de retratação espontânea;
- IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;
- X - o perdão, tácito ou expresso;
- XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;
- XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

- I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;
- II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;
- III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;
- IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

§ 2º Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1º deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.

§ 3º Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização (Brasil, 2017).

O que se percebe do *caput* do referido artigo é uma extensa lista de parâmetros para a fixação do *quantum* indenizatório. Já em seu parágrafo primeiro, estabelece limites para a fixação desse *quantum* com base no último salário do ofendido, que varia de acordo com a gravidade da lesão.

A fixação de parâmetros para a indenização do dano extrapatrimonial trabalhista com base no salário do ofendido gerou discussões doutrinárias, de que o legislador não quer a aplicação do direito comum neste quesito, o que estabelece uma indenização por danos morais mitigada e reduzida (Oliveira, 2019, p.21).

A par disso, surgem discussões de que a pessoa deve ser considerada pelo que ela é e não pelo quanto ganha, com o tabelamento da indenização surgirão situações de iniquidade, nas quais trabalhadores vítimas do mesmo fato, poderão receber indenizações desproporcionais (Boskovic, 2019, p.24).

Por seu turno, Araújo (2019, p.53) afirma que as alterações da Consolidação das Leis do Trabalho pela Lei n. 13.467/2017 não passaram de modificações e supressões de direitos trabalhistas para favorecer o empregador, gerando aumento do desequilíbrio das relações de trabalho.

Outro tema recorrente em debates doutrinários é a possibilidade de tabelar ou tarifar o dano moral, pois discute-se que tabelar o dano pode ferir o princípio constitucional da isonomia.

Outrossim, Oliveira (2019, p. 48) afirma que o dispositivo 223-G, introduzido na CLT possui uma inconstitucionalidade clara que já foi declarada pelo judiciário em casos análogos de fixação de tetos ou tabelamentos para a fixação do *quantum* indenizatório de reparação por dano moral.

Em linhas gerais, Tartuce (2022, p.242-243), complementa que qualquer tipo de tabelamento ou tarifação do dano moral é inconstitucional por lesar o princípio da isonomia previsto no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, apesar de o tabelamento ocorrer por meio de norma jurídica, “a lei deve tratar de maneira igual os iguais e de maneira desigual os desiguais”.

Neste laço, Delgado (2018), afirma que este artigo da CLT, estabeleceu uma tarifação para a indenização por dano extrapatrimonial, afrontando também o que prevê o artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal da República, que afasta a possibilidade de tarifação da indenização do dano moral, pois, deve-se considerar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Neste sentido, Rayol e Gomes asseveram que:

A limitação do valor da indenização por danos morais feita pela Lei 13.467/2017, de forma prévia e abstrata, mostra-se incompatível com a indenização irrestrita garantida pela Constituição Federal, uma vez que para se averiguar a proporcionalidade entre o dano e a reparação devem ser consideradas as peculiaridades do caso concreto (Rayol; Gomes, 2019, p. 97).

Ainda, Rayol e Gomes (2019, p. 97) aduzem que o artigo 223-G da CLT, possibilita o tratamento desigual de danos por meio da renda auferida pelo trabalhador, o que limita a liberdade que o juiz possui de analisar as peculiaridades particulares de cada caso.

A determinação da legislação para que a indenização seja fixada considerando a gravidade da ofensa com multiplicador fixado no último salário contratual do ofendido, fere a Constituição Federal, porque estabelece parâmetros discriminatórios fixados com valores variáveis de acordo com o padrão salarial da vítima (Oliveira, 2019, p. 46).

Em verdade, é possível perceber a grave ofensa à dignidade do trabalhador e ao princípio da isonomia pelo sistema de tabelamento da indenização por danos extrapatrimoniais com base no salário contratual do empregado, com o exemplo apresentado por Oliveira (2019, p. 47):

Figura 01 – Tabela indenização dos danos extrapatrimoniais

TABELAMENTO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL — ART. 223-G DA CLT				
Lesado — Salário — Grau da ofensa	Estagiário R\$ 998,00	Encarregado R\$ 2.000,00	Engenheiro R\$ 10.000,00	Gerente R\$15.000,00
Ofensa leve — 3x	R\$ 2.994,00	R\$ 6.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 45.000,00
Ofensa média — 5x	R\$ 4.990,00	R\$ 10.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 75.000,00
Ofensa grave — 20x	R\$ 19.960,00	R\$ 40.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 300.000,00
Ofensa gravíssima — 50x	R\$ 49.900,00	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 750.000,00

Fonte: Oliveira, 2019, p. 47.

Pelo exposto, fica clara a deformidade da fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas com base no último salário contratual do ofendido, pois a dignidade de uma pessoa não deve ser medida de acordo com sua renda, sendo assim, este valor também não deve servir como parâmetro para orientar o valor da indenização por dano extrapatrimonial.

O debate sobre esse tema alcançou o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6050, proposta pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); 6069, movida pelo

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e 6082, apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), questionou os incisos I, II, III e IV do §1º do artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a redação dada pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que fixou como base para a indenização pelos danos extrapatrimoniais o último salário contratual do ofendido, com o argumento de que isto fere o princípio constitucional da isonomia.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), impugnou a mesma norma que a ANAMATRA, e ainda acrescentou para que fosse declarado inconstitucional o artigo 223-A; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), impugnou as mesmas normas que a ANAMATRA e a CTNI, e ainda pediu para que fosse declarado inconstitucional o § 2º do artigo 223-G na redação dada pela Lei 13.467/2017.

Nesta seara, no próximo tópico passarão a ser analisadas as principais diretrizes de argumentação dos votos dos Ministros que participaram do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.050, 6.082, e 6.069.

3 A CONSAGRAÇÃO DE PARÂMETROS LEGAIS OBJETIVOS NA FIXAÇÃO DO QUANTUM DO DANO EXTRAPATRIMONIAL FACE AO POSICIONAMENTO DO MINISTRO RELATOR GILMAR MENDES NAS ADI's N. 6.050, 6.069 E 6.082

O posicionamento do Ministro Gilmar Mendes, Relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.050, 6.069 e 6.082 foi acompanhado pela maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal.

Dessa maneira, se mostra essencial tecer considerações sobre o arrazoado voto do Ministro, principalmente dos seus argumentos utilizados na fundamentação do voto sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, para entender de que forma se deu a pacificação de um grande embate jurídico e social, sendo este o objetivo do presente capítulo.

Inicialmente, o voto limita o objeto das ADI's, que questionam a constitucionalidade dos artigos 223-A e 223-G, §1º e §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação conferida pela Lei n. 13.467/2017.

No mérito, o Ministro Gilmar Mendes optou por analisar os parâmetros normativos constitucionais utilizados e as regras civis de interpretação demandada e, posteriormente, de como se aplicam no contexto das biografias. Por fim, proferiu sua decisão no julgamento das ADI's em questão.

Nestas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, discutiu-se o sistema de tabelamento dos valores de indenização por danos extrapatrimoniais sofridos no âmbito das relações de trabalho.

Para o Ministro, a delimitação do conceito de dano é difícil, e este pode ser compreendido como uma lesão a um bem jurídico, costumeiramente diferenciado em dois tipos: dano patrimonial e dano extrapatrimonial.

Afirma ainda o relator que, os danos extrapatrimoniais causam divergência na doutrina, quanto a sua definição, sobretudo quando são considerados como sinônimo de danos morais, já que a doutrina reconhece que os danos extrapatrimoniais não se limitam aos danos morais.

Feitas as considerações sobre a caracterização do dano, o voto prosseguiu com a análise do conceito doutrinário de responsabilidade civil.

Sobre a responsabilidade civil, conceitua o Ilustríssimo Ministro (Mendes, 2023, p.25), que a “ocorrência de dano dá ensejo ao dever de indenizá-lo. Surge, então, a responsabilidade civil, que se opera com o objetivo de reparar ou compensar o dano causado a terceiro decorrente de uma ofensa a direito alheio”.

Portanto, esclarece que a responsabilidade civil vai de encontro com a necessidade de reparação dos danos. Nessa conjuntura, afirma o Relator que essa linha de interpretação da responsabilidade civil possui o objetivo de recompor os danos, de forma que a reparação fixada não seja inferior ao proveito econômico obtido com o ato ilícito, com o objetivo, também, de desestimular a prática de condutas ilícitas.

Em remate, o Ministro afirma que é importante garantir que o juiz possua determinada liberdade, desde que limitada por princípios, para que possa fixar uma indenização que considere justa à vítima do dano extrapatrimonial, por outro lado, destaca a ausência de critérios pré-estabelecidos por lei que permitam uma valoração objetiva do *quantum* indenizatório.

Realizadas as considerações sobre as funções da reparação por danos morais extrapatrimoniais, o voto continua com a análise do regime jurídico da

indenização pelos danos extrapatrimoniais de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Conforme explica o relator, a CLT não tratava sobre a matéria de ressarcimento de danos morais ocorridos no âmbito trabalhista, por este motivo, a Justiça do Trabalho utilizava as normas de Direito Civil (artigos 186 e 927 do CC) e de Direito Constitucional (artigo 5º, incisos V e X, Constituição Federal), até o advento da Reforma Trabalhista pela Lei n. 13.467/2017.

Esclarece que as ações visando a reparação de danos morais decorrentes das relações de trabalho, levantavam muitas dúvidas sobre à competência de julgamento, se seriam de competência da Justiça Comum ou da Justiça do Trabalho, até que a Emenda Constitucional 45/2004, o artigo 114, inciso VI, da Constituição Federal, atribuiu competência à Justiça do Trabalho para processar e julgar estas ações.

Face ao exposto o Ministro aduz que “por opção política do legislador ordinário, implementou-se, a partir da Lei 13.467/2017, um regime jurídico específico voltado à definição do direito aplicável ao dano extrapatrimonial nas relações trabalhistas” (Mendes, 2023, p. 31-32).

Esta mudança foi implementada na Consolidação das Leis do Trabalho pela Lei n. 13.467/2017 em seu Título II-A, na qual o artigo 223-A determina que devem ser aplicados na reparação dos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste título.

A norma *in verbis* expõe: “Art. 223-A. Aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título”.

Em linhas gerais, explana o Ministro sobre o art. 223-A, da CLT:

Ainda que a norma prevista no art. 223-A expressamente circunscreva o tratamento da reparação extrapatrimonial às disposições do Título II-A, é inequívoco que, ao apreciar cada caso concreto, o magistrado deverá proceder a uma interpretação íntegra do ordenamento jurídico pátrio, no que se insere o inafastável respeito aos princípios constitucionais (Mendes, 2023, p. 36).

Com efeito, o Ministro afirma que não há qualquer inconstitucionalidade na criação de um regime específico de responsabilidade civil para as relações de trabalho e que estas não violam o princípio da isonomia.

Em seguida, o Relator passou para a análise do art. 223-B da CLT, e explicou que este passou a restringir a legitimidade para a propositura das ações de dano moral na área trabalhista à pessoa da vítima. Aduz o dispositivo *in verbis*:

Art. 223-B. Causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.

Sobre a norma acima apresentada, aponta o Ministro Gilmar Mendes (Mendes, 2023, p. 39) que a expressão “titulares exclusivas” apresenta uma carga restritiva, tornando-se assentada na doutrina o entendimento de que “a inovação legislativa teria excluído a possibilidade de indenização extrapatrimonial na Justiça do Trabalho pelo chamado dano reflexo ou dano em ricochete”.

De modo geral, o dano em ricochete representa as consequências sofridas por terceiros decorrentes do dano sofrido pela vítima, por exemplo, no caso de dano de morte, os familiares da vítima sofrem a dor da perda.

Nesse passo, para o Direito Civil, os legitimados para propor demandas com o objetivo de reparação pelo dano em reflexo/ricochete estão ligados ao nexos de causalidade, e relaciona os interesses das vítimas, diretas e indiretas. A respeito, aduz o Ministro Gilmar Mendes que:

Penso que uma interpretação que desconsiderasse a possibilidade de acionamento da Justiça do Trabalho pela hipótese de dano em ricochete resultaria em estado de absoluta inconstitucionalidade. Essa leitura do art. 223-B da CLT faria com que o largo âmbito de proteção do art. 5º, inciso V, da CF restasse esvaziado, na medida em que se inviabilizaria a reparação de danos por acidente de trabalho que resultasse, por exemplo, em morte da vítima (Mendes, 2023, p. 40-41).

Por esses motivos, o Ministro entendeu ser necessário conferir interpretação conforme a Constituição ao artigo 223-B da Consolidação das Leis do Trabalho, afastando qualquer tipo de interpretação que possa impedir a reparação do dano extrapatrimonial no âmbito da justiça do trabalho por meio da hipótese do dano em ricochete ou reflexo.

Sendo tecidas as considerações sobre as limitações de reparação do dano e o dano em ricochete, o voto prossegue com a análise da quantificação e da tarifação do dano extrapatrimonial no Direito do Trabalho.

O Ministro explana que sobre a quantificação do dano pelo artigo 223-G da CLT, em especial ao seu § 1º que fixou com base no salário-mínimo valores-referência de piso e de teto para a quantificação da sanção reparatória dos danos extrapatrimoniais. As partes autoras sustentam que a norma viola os princípios

constitucionais da reparação integral do dano, da proporcionalidade, da razoabilidade e da livre convicção racional do magistrado, da proibição do retrocesso social e da proteção do trabalho.

Conforme expõe o Relator, o debate sobre o tabelamento de indenizações por danos extrapatrimoniais não é uma discussão nova, esta já é muito ampla e se insere na discussão do legislador sobre quais os elementos da reparação por responsabilidade civil *aquiliana*¹.

Com a promulgação do texto constitucional, o seu artigo 5º inciso V, consolidou o princípio da reparação integral do dano, ainda, o ministro afirma que a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sugere que a constitucionalidade dos sistemas legais de tarifação depende da natureza do dano reparado.

Neste lanço, afirma que se percebe que há um consenso quanto à tarifação de danos materiais, mas que isto não acontece com a indenização por danos extrapatrimoniais. Face ao que foi exposto, alude o Ministro, acerca da possibilidade de tarifação do dano moral:

Parece-me, portanto, que existe uma forte sinalização da jurisprudência deste STF no sentido da impossibilidade de se tarifar o dano moral, mediante modelo legislativo que subtraia totalmente do juiz o seu arbitramento. Isso não equivale, evidentemente, à proibição de métodos que ajudem a estabelecer a quantificação do dano extrapatrimonial (Mendes, 2023, p.47),

Explana que, a jurisprudência e as doutrinas passaram a estabilizar critérios que devem ser observados pelo magistrado para a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais, dentre eles destacou o Ministro: a extensão do dano; as condições socioeconômicas e culturais dos envolvidos; as condições psicológicas das partes; o grau de culpa do agente, de terceiro ou da vítima.

Menciona que apesar de no direito comparado o tratamento dos danos extrapatrimoniais ser muito variado, o Ministro acredita que o modelo italiano é o mais inspirador para o Direito do Trabalho brasileiro na atualidade, pois a doutrina e a jurisprudência italiana estabeleceram alguns critérios que devem ser observados para a reparação do dano extrapatrimonial:

A função satisfativa da reparação, sendo que o valor deve resultar da proporção entre prejuízo e *quantum*. Também o critério da gravidade do fato, da conduta, sendo que a ofensa, para ser indenizável, “precisa ultrapassar um certo limite mínimo de tolerabilidade”. Outro critério analisado é o “da intensidade do sofrimento da vítima” que, em face da sua

¹ Responsabilidade extracontratual no âmbito do direito.

subjetividade, pode ser identificado de três modos: 1) contexto moral e intelectual do ofendido; 2) sensibilidade do homem médio; 3) sensibilidade subjetiva do indivíduo, psicologicamente identificável (Mendes, 2023, p. 57).

Alega que esse arcabouço do direito comparado demonstra o quão complexo é o debate sobre a tarifação do dano moral extrapatrimonial. Passou então para a análise e interpretação dos preceitos constitucionais pertinentes ao dano extrapatrimonial.

Apona o Ministro Gilmar Mendes que o esforço doutrinário não foi suficiente para a uniformização jurisprudencial, muito menos em termos para garantir um tratamento isonômico, dentre as diversas situações que caracterizam o dano extrapatrimonial nas relações de trabalho.

O Ministro explica que a falta de uniformização da jurisprudência, foi um dos motivos para que o Congresso Nacional decidisse introduzir na CLT “parâmetros para identificar a existência do dano e para estabelecer o valor devido pela lesão” (Mendes, 2023, p. 61).

Afirma, que compreende que a jurisprudência dos Tribunais Superiores e do STF, tem se assentado o entendimento de que não é possível a lei ordinária estabelecer valores máximos de dano moral, tanto no âmbito das relações trabalhistas, quanto no âmbito da responsabilidade civil *aquiliana* em geral. Por seu turno, o Ministro relator explica que:

Ainda que a classificação das modalidades de dano prevista no § 1º do art. 223-G de acordo com as ofensas leve, média, grave ou gravíssima pudesse eventualmente ser preenchida com critérios jurisprudenciais concretos, fato é que, a partir do enquadramento de uma ou mais situações fáticas dentro de um mesmo rótulo de gravidade, o magistrado torna-se impossibilitado de traduzir, de forma plena, a dor e o sofrimento imaterial da vítima em medida reparatória quantificável para além do “teto” estabelecido na lei (Mendes, 2023, p. 63-64).

Por tais razões, o Ministro (Mendes, 2023, p. 65) afirma que por mais que o sistema de tarifação seja incompatível com Constituição Federal, ele não precisa ser julgado em sua totalidade inconstitucional porque entende que os parâmetros fixados no artigo 223-G, podem servir de “critérios, ainda que não exaurientes, para a definição do *quantum* da reparação extrapatrimonial pelo magistrado trabalhista.”

Complementa ainda que o STF assentou um entendimento jurisprudencial apenas sobre a inconstitucionalidade do tabelamento do dano, que pode ser entendido como um conjunto de normas que excluem a discricionariedade de quantificação do dano pelo magistrado, o que tornaria o magistrado um mero

aplicador de valores pré-determinados na legislação que não poderiam ser adaptados às especificidades de cada caso concreto.

O Ministro ainda alega que a “violação ao princípio constitucional da reparação integral do dano não reside na tentativa de parametrizar a atuação do juiz, mas sim no ímpeto de substituir, por completo, o arbitramento judicial por um arbitramento legislativo” (Mendes, 2023, p. 66).

Por tudo o que foi exposto, o Ministro julgou parcialmente procedente as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, para conferir interpretação conforme a Constituição Federal, ao artigo 223-G, §1º e §2º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467/2017, que o artigo 223-G caput e §1º devem ser observados como critérios orientativos, que é constitucional o arbitramento judicial do dano extrapatrimonial em valores maiores do que os previsto nos incisos I a IV do §1º do artigo 223-G; e que as redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, da CLT, não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete no âmbito das relações de trabalho.

4 O POSICIONAMENTO DOS MINISTROS EDSON FACHIN, NUNES MARQUES E ROSA WEBER NO JULGAMENTO DAS ADI's

Inicialmente, o voto do Ministro Edson Fachin esclarece quais são os principais pontos de argumentação da ADI's, em síntese o Ministro alega que se impugna a norma que delimita a reparação por danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de emprego, e a disposição que estabelece limites do valor a ser pago a título de indenização por danos extrapatrimoniais, que são disciplinados pelos dispositivos do Título II-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Destaca que os principais pontos de argumentação a serem discutidos são:

- i) que a lei ordinária não pode impor limites ao poder judiciário para a fixação de indenização por danos extrapatrimoniais, especialmente, em face do princípio da reparação integral e porque a Constituição não o fez (art. 5º, V e X, CRFB); ii) que há ofensa ao princípio da isonomia, considerando a base de cálculo proporcional ao salário do trabalhador (art. 5º, caput, CRFB); iii) que há quebra da isonomia também pelo fato de a indenização por dano extrapatrimonial não ser limitada na justiça comum, desequiparando as situações idênticas somente em virtude do contexto de ocorrerem em uma relação de trabalho; iv) que há interferência no livre convencimento do juiz e na fundamentação adequada das decisões judiciais referentes à fixação de indenização por danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho (art. 93, IX, CRFB); e v) que a tarifação, como limite, permite odiosa comparação prévia do valor da indenização em relação ao custo das medidas preventivas em prol da saúde do trabalhador e

segurança do meio ambiente laboral (art. 1º, III, 6º e 225, CRBF) (Fachin, 2023, p. 87).

Afirma que, a tarifação dos danos extrapatrimoniais pelo legislador, instiga reflexões em seu âmbito constitucional, em duas principais direções: a do tratamento isonômico quando semelhantes os contextos ofensivos e a justa indenização pelas ofensas sofridas.

Ademais, explica que a busca pela resposta da constitucionalidade da tarifação dos danos extrapatrimoniais oriundos de relações trabalhistas requer uma análise cuidadosa da responsabilidade para com a dignidade do outro, reconhecendo-o como sujeito digno de igual respeito e consideração.

Por conseguinte, discorre que o Estado tem a responsabilidade de promover o bem de todos, sendo seu dever reforçar a igualdade e o pluralismo, pois, não é permitido ao Estado “afastar-se do dever de tratar os cidadãos de forma digna e igualitária, especialmente quando se trata do cidadão trabalhador” (Fachin, 2023, p. 93).

Aduz o Ministro, que não deve ser admitido no sistema constitucional brasileiro, um tipo de responsabilidade para as relações trabalhistas e um tipo diferente para as relações civis em geral, pelo mesmo fato acidentário.

Ao estabelecer limites intransponíveis para o juiz trabalhista fixar as indenizações por danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho, sem que os mesmos limites se imponham ao juiz comum na fixação das mesmas indenizações decorrentes de relações civis de outras naturezas, está-se diante de uma inequívoca ofensa ao princípio da isonomia, expressamente estabelecido como direito fundamental pela Constituição da República de 1988, especialmente no seu art. 5º, caput (Fachin, 2023, p.93).

A par disso explica que estabelecer o tabelamento de indenizações por danos extrapatrimoniais para a classe dos trabalhadores, viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana previsto no artigo 1º, III, da Constituição Federal. Vejamos a argumentação do Ilustre Ministro:

A tarifação da indenização por danos extrapatrimoniais, restrita exclusivamente ao grupo dos trabalhadores, atinge esses cidadãos em sua condição essencial de existência como grupo de pessoas; viola subjetivamente a todas e cada uma dessas pessoas; viola também o fundamento da própria comunidade constitucional constituída em 1988, qual seja, a dignidade da pessoa humana (art. 1o, III, CRFB) (Fachin, 2023, p. 94).

Portanto, afirma o Ministro que o princípio da dignidade da pessoa humana não é um conceito vago que possa abarcar argumentos e posições de todos os lados indiscriminadamente, ele precisa de sentido e concretude.

Por tais razões, o Ministro Edson Fachin votou a favor de declarar a inconstitucionalidade do artigo 223-G, §1º, incisos I a IV, e §2º da CLT.

De acordo com o Ministro Nunes Marques, o centro da discussão das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, está em saber se o legislador ordinário pode dispor sobre a limitação para a indenização por danos extrapatrimoniais trabalhistas ou se isto é incompatível com a Constituição Federal.

Aduz o Ministro que o juiz trabalhista deve analisar o caso concreto e fixar um valor líquido a título de indenização, por mais que não existam variáveis explícitas para serem usadas como base de cálculo.

Assim, a definição do valor da indenização por danos morais, hoje, decorre, em grande medida, de padrões vagamente fixados pela jurisprudência e de apreciação subjetiva dos elementos empírico-probatórios dos autos por parte do magistrado (Marques, 2023, p. 99).

Ademais, o Ministro afirma que não vê impedimentos constitucionais que impeçam o legislador ordinário de estipular valores referenciais para a fixação do *quantum* da indenização, com o objetivo de inibir estimativas irrisórias ou abusivas.

A par disso, afirma que a discussão não deve se restringir a poder e não poder colocar limites, ela deve abranger também se os parâmetros estabelecidos pela Lei n. 13.467/2017 na Consolidação das Leis do Trabalho são compatíveis com a Constituição Federal.

Em linhas gerais, discorre que o salário contratual do ofendido não deve servir como única referência para a fixação do *quantum* indenizatório, pois devem ser considerados outros elementos que vão além da condição econômica da vítima.

A categoria dos danos morais, em si mesma, é incomensurável. Por esse motivo, cabe ao juiz arbitrar um valor justo, dentro do conjunto das circunstâncias concretas de cada caso. A imposição de um teto abstrato para todas as indenizações, variável conforme o salário contratual do ofendido, elimina a possibilidade de o juiz, em certos casos, estabelecer a indenização de acordo com a situação em julgamento – e nisso está a essência da função jurisdicional, isto é, aplicar a lei abstrata ao caso concreto (Marques, 2023, p. 100-101).

O Ministro afirma que com a existência de um teto para a reparação, pressupõe-se que não pode existir um dano maior do que este teto e a de que se existir este dano não pode ser reparado, demonstrando assim a inconstitucionalidade da norma, pois não abarca a premissa da reparação integral do dano.

Nessa vereda, explica que o critério escolhido para a delimitação do teto da indenização pelo dano também se revela inconstitucional, pois ofende o princípio

constitucional da proporcionalidade. O legislador maximizou uma das variáveis do cálculo distorcendo-o para os casos concretos em que o peso deve recair sobre outras variáveis.

É nítida a violação à isonomia, na medida em que um dano extrapatrimonial provocado na relação de trabalho pode ser tão extenso quanto aquele gerado nas relações civis, quiçá maior. Logo, a distinção legislativa não é compatível com a Constituição, pois desrespeita a isonomia (CF, art. 5º, caput) (Marques, 2023, p. 105).

Neste passo o Ministro esclarece que nas relações trabalhistas não é raro de acontecer não existir um salário contratual, como por exemplo no trabalho eventual, nestas situações não seria possível aplicar o teto previsto pela ausência do parâmetro, contrariando novamente o princípio da isonomia, pois existem situações que estariam sujeitas ao teto e outras não.

Posto isto, o Ministro afirma que os critérios estabelecidos pela lei impugnada devem ser considerados como referenciais indicativos, acompanhando o voto do Ministro Relator Gilmar Mendes.

Já segundo a Ministra Rosa Weber, discute-se com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade a constitucionalidade do artigo 223-G, §1º, incisos I a IV, e §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pela Lei n. 13.467/2017, que incluiu na CLT um sistema tabelar para a fixação de indenização por danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho.

Antes de tudo explica que o legislador não se limitou apenas a fixar parâmetros para a indenização, mas que instituiu um verdadeiro tabelamento com a fixação de um teto conforme a natureza leve, média, grave ou gravíssima, para o valor da indenização com base no salário contratual do ofendido.

Afirma que o correto seria deixar a fixação do *quantum* para a apreciação do magistrado em cada caso em concreto, não sendo coerente criar parâmetros legais com valores preestabelecidos, pois assim aniquila-se a dimensão do dano extrapatrimonial antes do fato.

O enlace entre o dano sofrido e a reparação pecuniária há de ser mediado pelo princípio da proporcionalidade, concretizador da tessitura da isonomia na dinâmica conciliação entre liberdade e responsabilidade na particularidade de cada vínculo jurídico (Weber, 2023, p. 132).

No geral, explica que a extensão dos danos extrapatrimoniais, envolve a complexidade da compreensão de bens jurídicos existenciais, que não podem ser aferidos economicamente. Cada caso concreto deve ser analisado de acordo com

as suas nuances, somando-se as funções pedagógica e compensatória para a reparação do dano, rejeitando assim qualquer forma de prévia de tabelamento.

Ademais, argumenta que a adoção do salário contratual do ofendido como valor de referência para o dano fere o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, desvirtuando o arcabouço normativo do Estado, que se funda na valorização social do trabalho e na centralidade da pessoa humana.

Portanto, explana que, o tabelamento da indenização dos danos extrapatrimoniais com base no salário contratual do trabalhador, é uma grave afronta ao princípio da isonomia e da dignidade do trabalhador.

Tal cenário torna patente a importância da concretização do pilar democrático da dignidade da pessoa humana no ambiente de trabalho por meio das normas de proteção, notadamente no que toca à integral reparação do dano já configurado, observada, inclusive, a característica pedagógica do arbitramento da indenização a desestimular a conduta negativa do empregador (Weber, 2023, p. 156-157).

Expõe que as normas trabalhistas constroem parâmetros seguros na relação de emprego, sempre considerando o equilíbrio entre a iniciativa privada e a valorização social do trabalho. A garantia de um ambiente de trabalho digno e seguro é essencial, pois, o trabalho não só é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país, mas também reflete uma perspectiva holística que envolve a centralidade da dignidade da pessoa humana e a democracia como princípios interpretativos.

Alude que a Constituição Federal destaca a importância da dignidade humana e dos valores do trabalho como pilares da República, conferindo ao Supremo Tribunal Federal a responsabilidade de proteger esse conjunto de valores. Sua compreensão adequada requer sensibilidade para garantir a unidade e harmonia do ordenamento jurídico na busca pela justiça social como valor supremo do Estado Democrático de Direito.

Por tais razões, a Ilustríssima Ministra acompanhou o voto do Ministro Relator.

O entendimento do Ministro Relator Gilmar Mendes em seu voto recebeu o apoio dos Ministros Nunes Marques, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Luís Roberto Barroso. Já o Ministro Edson Fachin divergiu do voto do Ministro Relator por entender que os dispositivos da reforma trabalhista são inconstitucionais por ferirem os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia.

No âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.050, 6.069 e 6.082 os votos dos Ministros discutiram com enfoque a constitucionalidade do dispositivo 223-G, §1º, incisos I a IV, e §2º da Consolidação das Leis do Trabalho, perante aos princípios constitucionais da isonomia, da dignidade da pessoa humana, da reparação integral do dano, da proporcionalidade e da razoabilidade além da possibilidade do tabelamento do dano extrapatrimonial.

A maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal entende que a criação de parâmetros para as indenizações de danos extrapatrimoniais, conforme estabelecido pela Lei 13.467/2017, é constitucional. Essa posição é respaldada pelo voto do Ministro Relator Gilmar Mendes, que argumenta que o juiz pode arbitrar valores para as indenizações maiores do que os previstos na legislação, tornando o teto estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho pelo artigo 223-G, §1º, incisos I a IV apenas exemplificativo e não taxativo.

O Supremo Tribunal Federal se posicionou nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, de forma a conferir interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 223-G, §1º, incisos I a IV, e §2º da Consolidação das Leis do Trabalho, e que as redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, da CLT, não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete no âmbito das relações de trabalho.

O STF conferir uma nova interpretação ao artigo mencionado, vai de encontro ao texto constitucional, permitindo que os magistrados fixem a indenização pelo dano em valores superiores aos previstos no referido artigo, faz com que a proteção dos direitos dos envolvidos nesse embate jurídico referente a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais sejam garantidos de forma mais justa em análise individualizada de cada caso concreto.

Na Constituição Federal existe previsão expressa de reparação por dano moral, desta forma, evidencia-se a desrazoabilidade do tabelamento da indenização por danos extrapatrimoniais que decorria da aplicação literal do art. 223-G da CLT, que feria principalmente os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia.

O Supremo Tribunal Federal já vinha apresentando entendimento de que o tabelamento de indenizações por dano moral é inconstitucional, o que deixa clara a necessidade de uma busca por equilíbrio entre a razoabilidade das indenizações e a reparação integral do dano.

Portanto, percebe-se que a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais trabalhistas é uma questão complexa que exige um exame detalhado pelo magistrado julgador de cada caso concreto, buscando princípios e normas gerais que possam orientar a sua decisão, para que dentro de sua possibilidade de ponderação fixe a justa indenização para o caso que se apresente.

CONCLUSÕES

A fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais, é um desafio complexo para o direito. A maior dificuldade enfrentada está na subjetividade destes danos, que podem ser valorados de forma diferente para cada indivíduo e acarretam dificuldades para serem mensurados de forma econômica.

Os parâmetros introduzidos na Consolidação das Leis do Trabalho por meio da Lei n. 13.467/2017, mais especificamente em seu artigo 223-G, §1º, incisos I a IV se interpretados como tabelamento para a quantificação dos danos extrapatrimoniais, acabam revelando-se conflitantes com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, proporcionalidade, isonomia e da reparação integral do dano, uma vez que o referido artigo aplica parâmetros de acordo com a renda auferida por cada indivíduo, apresentando uma indenização limitada, que vai contra estes princípios constitucionais.

Tal proposição legal gerou discussões sobre quais são os parâmetros adequados para fixar a justa indenização, para reparar os danos extrapatrimoniais, uma vez que cada caso concreto pode apresentar particularidades que não estão contempladas pelos parâmetros instituídos pela legislação em discussão.

A imposição de um teto para a indenização, restringe as indenizações por danos extrapatrimoniais e poderia resultar em inconstitucionalidade, já que limitaria a reparação integral pelos danos sofridos, o que foi impugnado nestas Ações Diretas de Inconstitucionalidade por ferir o princípio constitucional da reparação integral do dano, além de violar o princípio da isonomia ao estabelecer a base de cálculo da indenização no último salário recebido pelo trabalhador, pois todos os trabalhadores devem ser tratados de forma igualitária, independentemente do valor do salário recebido, respeitando-se assim o princípio da isonomia previsto no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

Nessa vereda, a imposição de um teto com base no último salário contratual do empregado, pode também levar a uma comparação injusta entre o valor da indenização e os custos das medidas preventivas em favor da saúde do trabalhador e do ambiente de trabalho, porque em razão disso, um trabalhador com menor salário custaria menos para o empregador do que um empregado com um salário maior, ou seja, seria mais conveniente para o empregador proteger o empregado com maior salário, pois uma eventual condenação decorrente deste lhe custaria mais.

A par disso, a norma instituída na Consolidação das Leis do Trabalho pela Lei n. 13.467/2017, também restringe a discricionariedade judicial do magistrado de deliberar sobre a fixação do *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais, interferindo diretamente no seu livre convencimento e na fundamentação das suas decisões.

Estes parâmetros legais objetivos utilizados como critérios interpretativos conforme decidido pelo STF, são desejáveis, pois vão simplesmente balizar o livre convencimento racional do magistrado.

Desta forma, a discricionariedade judicial que desempenha um papel fundamental na fixação do *quantum* indenizatório, de analisar cada caso de forma individual conforme suas particularidades restou prejudicada, embora os critérios fixados pelo artigo 223-G, §1º, incisos I a IV, §2º, possam servir como orientação, não devem limitar a capacidade do juiz de proferir uma decisão justa e adequada, que reflita a extensão do dano sofrido pela vítima.

O julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre essas questões apresenta um impacto significativo na interpretação e aplicação do dispositivo 223-G, §1º, incisos I a IV, e §2º da Lei n. 13.467/2017 no Brasil, pois a presente discussão evidencia a importância da ponderação entre a possibilidade de limitar as indenizações por danos extrapatrimoniais para evitar abusos e garantir segurança jurídica, e a necessidade de preservar os princípios constitucionais, da dignidade da pessoa humana, da reparação integral e da isonomia.

Propondo a interpretação, conforme à Constituição Federal, para o referido dispositivo, tenta-se conciliar a necessidade de garantir uma justa reparação para os danos extrapatrimoniais sofridos pelos trabalhadores, com a intenção de evitar abusos e excessos na fixação dos valores das indenizações, destacando a importância de considerar as circunstâncias do caso concreto e os princípios

constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade, para determinar o *quantum* indenizatório.

Desta forma, entende-se que os critérios estabelecidos pela Lei n. 13.467/2017 em seu artigo 223-G, §1º, incisos I a IV, não devem ser utilizados como um "teto" absoluto, e que o magistrado pode, em análise de situações específicas e de forma fundamentada, ultrapassar esses limites instituídos.

Esclarece-se que não se vislumbra impossibilidade do legislador ordinário de exemplificar valores para serem usados como referenciais para estipular o valor da indenização por danos extrapatrimoniais, com objetivo de impedir a fixação de um *quantum* abusivo ou irrisório.

Por conseguinte, a decisão judicial deve manter um equilíbrio entre os parâmetros fixados e a análise individualizada de cada caso, ressaltando-se a possibilidade de o magistrado ultrapassar os limites quantitativos previstos no dispositivo 223-G, §1º, incisos I a IV, quando justificado pelas circunstâncias do caso concreto para manter um equilíbrio entre segurança jurídica e reparação integral do dano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabiano Matos de. Dano Extrapatrimonial Trabalhista: Sistematização dos Diferenciais Moral e Existencial à Luz da Lei nº 13.467/17. **Revista Eletrônica Escola Judicial: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v.23, n.2, 2019. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/169339/2019_araujo_fabiano_dano_extrapatrimonial.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 ago. 2023.

BEBBER, Júlio César. Danos extrapatrimoniais: estético, biológico e existencial: breves considerações. **Revista LTr**. São Paulo: v. 73, n. 1. p. 28, jan. 2009.

BELMONTE, Alexandre Agra. Responsabilidade por Danos Morais nas Relações de Trabalho. **Revista do TST**, Brasília: v. 73, n. 2, abr/jun 2007. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/2308/008_belmonte.pdf?sequence=5. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de**

24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.050**, Distrito Federal. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 05 de junho de 2023. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BOSKOVIC, Alessandra Barichello. Brumadinho: Indenizações Acidentárias e a Inaplicabilidade do Teto Fixado pelo art. 223-G da CLT para os Danos Extrapatrimoniais. **Revista Eletrônica: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba/PR, v.8 - n.76, p. 124-133, mar. 2019. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=84&pagina=2019>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil: com comentários à Lei 13.467/2017**, 2ª Ed. São Paulo/SP: LTr, 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: responsabilidade civil**. v.7 . São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555598650. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598650/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: responsabilidade civil**. v.7 . São Paulo/ SP: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553627765. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627765/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FACHIN, Luiz Edson. Voto do Ministro Luiz Edson Fachin na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.050. **Supremo Tribunal Federal**. Distrito Federal. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 05 de junho de 2023. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. v.3 . São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553626645. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626645/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553626966. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626966/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

LÚCIA, Cármen. Voto da Ministra Cármen Lúcia na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.050. **Supremo Tribunal Federal**. Distrito Federal. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 05 de junho de 2023. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MARQUES, Kassio Nunes. Voto do Ministro Kassio Nunes Marques na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.050. **Supremo Tribunal Federal**. Distrito Federal. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 05 de junho de 2023. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MENDES, Gilmar. Voto do Ministro Relator Gilmar Mendes na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.050. **Supremo Tribunal Federal**. Distrito Federal. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 05 de junho de 2023. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**, 9ª edição. São Paulo/SP: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597018974. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018974/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O Dano Extrapatrimonial Trabalhista após a Lei nº 13.467/2017. **Revista Eletrônica: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba/PR, v.8 - n.76, p. 17-52, mar. 2019. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=84&pagina=2019>. Acesso em: 22 ago. 2023.

RAYOL, Rayane Araújo Castelo Branco; GOMES, Ana Virginia Moreira. O tabelamento do dano extrapatrimonial na Lei 13.467/2017 e a mitigação da função preventiva de sua reparação. **Revista de Direito do Trabalho**, vol. 203, 2019.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O Dano Extrapatrimonial na Lei nº 13.467/2017, da reforma Trabalhista. **Revista Eletrônica: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba/PR, v.8 - n.76, p. 53-61, mar. 2019. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=84&pagina=2019>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 14ª Ed. São Paulo/SP. Ltr. 2018.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro/RJ: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645251. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645251/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

WEBER, Rosa Maria Pires. Voto da Ministra Rosa Maria Pires Weber na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.050. **Supremo Tribunal Federal**. Distrito Federal. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 05 de junho de 2023. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.